

**HABEAS CORPUS Nº 570.221 - SP (2020/0078686-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**IMPETRANTE** : JOSE MAURICIO CAMARGO  
**ADVOGADO** : JOSE MAURICIO CAMARGO - SP292417  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : ADIMIR LOPES DE ALMEIDA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de ADIMIR LOPES DE ALMEIDA, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

O Tribunal local, em decisão rarefeita, ao denegar o pedido liminar formulado no *writ* originário de n. 2055620-65.2020.8.26.0000, manteve a segregação do reeducando, ora paciente, atualmente em cumprimento de pena no regime semiaberto, oriunda de condenação às sanções do art. 157, § 2º, inciso I e II, do CP, com redação vigente à época dos fatos, à pena de 5 (cinco) anos e 4 (quatro) meses de reclusão, determinado pela autoridade coatora da localidade.

Sustenta o impetrante a ocorrência de constrangimento ilegal, uma vez que o indeferimento do pedido de prisão domiciliar do reeducando, formulado na origem, está em descompasso ao art. 14, § 2º, da Lei n. 7.210/84, máxime à dicção do art. 5º, inciso III, da Recomendação CNJ n.º 62/2020, adstrita ao novo e periclitante contexto determinado pelo Covid-19.

Nesse panorama, roga o impetrante pela premente expedição do competente alvará de soltura, em favor do paciente, e, por conseguinte, seja determinada a progressão antecipada do reeducando ao regime aberto, a ser cumprido em prisão domiciliar humanitária, conforme inteligência do art. 117, inciso II, da LEP.

É o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante

# Superior Tribunal de Justiça

ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. SÚMULA 691/STF. FLAGRANTE ILEGALIDADE. SUPERAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PRISÃO DOMICILIAR. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. *HABEAS CORPUS* NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA, DE OFÍCIO. 1. **Nos termos do Enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, não é cabível *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro writ, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão singular, sob pena de indevida supressão de instância.**

[...] (HC n. 486.900/SP, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 26/2/2019.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF:

Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete sumular.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21-E, IV, c/c o art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.**

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de abril de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente